



Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Luís Correia/PI, 22 de março de 2023.

MARIA DAS DORES
FONTENELE
BRITO:56629281349
Dadies: 2033.03.22.09.58.07
-0.3007

MARIA DAS DORES FONTENELE BRITO Prefeita Municipal de Luís Correia - PI

Avenida Prefeito Antônio de Pádua da Costa Lima, 261, Centro Luís Correia-Pl - CEP: 64220-000 CNPJ 06:554:448/0001-33

# ID: D92F1350469B4



# EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

# PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO Nº 01.2203/2023

Ato: Ato de Cooperação Técnica 01.2203/2023.

Partes: MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA - PI X SÃO JOSÉ DO DIVINO- PI.

Objeto: Adesão ao SRP do Município de Luís Correia - PI na condição de Carona - Possibilidade Jurídica.

**Objetivo**: Utilizar, provisoriamente, preços registrados na Ata de Registro de Preços n°037/2022 do SRP do Município de Luís Correia - PI que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA AS TRADICIONAIS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE LUIS CORREIA - PI", especificado(s) no **Termo de Referência** - Pregão Eletrônico 037/2022.

Finalidade: Otimizar contratações de interesse da requerente de natureza provisória.

Luís Correia – PI, 22 de março de 2023.

Carlos José Rodrigues Machado Secretário Municipal de Administração

# ID: 2255424B8AEB4



### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Luís Correia, Estado do Piauí, por meio de sua Secretaria Municipal de Saúde, torna público o Aviso de Dispensa de Licitação, objetivando o que se segue:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETÁRIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LUÍS CORREIA – PI.

Os interessados podem acessar os documentos na Sede da Prefeitura, de 08:00hrs às 13:00hrs.

PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:

Até dia 28/03/2023, até às 13:00 horas.

Luís Correia -PI, em 22 de março de 2023.

### Marcela Teles Furtado SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE



LEI Nº 1062/2023, 22 DE MARÇO DE 2023.

Institui e regulamenta a Taxa de Licenciamento Ambiental do Município de Luís Correia, e dá outras providências.

A PREFEITA DE LUÍS CORREIA — PI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Taxa de Licenciamento Ambiental – TLA que tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município de Luís Correia-Pl, para controle e licenciamento das atividades econômicas potencialmente poluidoras, e cujo objetivo é verificar o atendimento dos padrões de qualidade ambiental, em conformidade com a Lei municipal nº 700/2010 e com as demais normas ambientais específicas.

Art. 2º Para fins dessa lei, considera-se licenciamento ambiental o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Art. 3º Os empreendimentos, obras e as atividades que, no Município de Luís Correia produzirem impacto ambiental, serão objeto de licenciamento, controle e adequação às normas específicas, observando o disposto na Lei Orgânica do Município e das atividades e empreendimentos dispostos nas Resoluções nº 023/2014, nº 033/20, nº 40/21 e nº 046/22 do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA; a Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONSEM, no que couber, e as que o Conselho Municipal de Meio Ambiente CONSEMA relacionarem, por meio de resolução específica.

 $\S$  1º Em razão do grau de complexidade e natureza da atividade, as licenças ambientais poderão ser expedidas em conformidade com os seguintes tipos:

I – Licença Prévia;

Avenida Prefeito Antônio de Pádua da Costa Lima, 261, Centr Luís Correia-P1 - CEP: 64220-000 CNPJ 06.554.448/0001-33

(Continua na página seguinte)





- VI Autorização Ambientais Diversas.
- § 2º O enquadramento, valores e variáveis correspondentes à TLA, conforme o porte e o potencial poluidor/degradador da obra, empreendimento ou atividade a serem licenciados, serão calculados e lançados de acordo com as tabelas A, B, C e D, exigidas na forma e prazo fixados em regulamento.
- § 3º Os valores definidos para as taxas estão apresentados em Valor de Referência Estadual e deverão ser convertidos para a moeda corrente.
- § 4º A classificação da obra, empreendimento ou atividade, conforme o porte e o potencial poluidor/degradador será definida pelo CONSEMA, mediante Resolução específica, podendo ser revista e atualizada, sempre que necessário.
- Art. 4º As Licenças Ambientais previstas neste Código, quando necessário, enovadas no prazo que o regulamento estabelecer, mediante recolhimento da serão renovada respectiva TLA.
- Art. 5º A concessão da licença ambiental fica condicionada à análise e aprovação por parte do órgão competente do Município, dos estudos técnicos apresentados pelo requerente da licença.
- § 1º Nos casos definidos em lei, dado o alto grau de complexidade do empreendimento, será necessária a realização de audiência pública, como requisito obrigatório à obtenção do licenciamento ambiental.
- § 2º A licença a ser concedida pelo Município será expedida depois de concluído e aprovado o procedimento no âmbito federal e estadual, quando necessária a manifestação destas esferas administrativas, e terá vigência ou será renovável na forma que o regulamento estabelecer.

CNPJ 06.554.448/0001-33



- § 3º Quando a atividade for considerada de impacto ambiental insignificante ou inexistente, nos termos da legislação municipal, caberá ao respectivo órgão licenciador declarar a dispensa de licenciamento ambiental por meio de Declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA), mediante requerimento do empreendedor, em conformidade com regulamento específico.
- § 4º O recolhimento da TLA será efetuado em conta de tributos do Município de Luís Correia-PI, por documento próprio de arrecadação
- Art. 6º A TLA deverá ser recolhida previamente aos pedidos de licença, bem como aos pedidos de sua renovação, sendo o seu pagamento pressuposto para conhecimento e análise dos projetos.
- Parágrafo único. Caso o empreendimento exerça mais de uma atividade sujeita iamento, pagará a Taxa relativamente a atividade principal exercida. a licenciame
- Art. 7º A realização de obra, empreendimento ou atividade sem regular licenciamento, sujeitará o infrator, sem prejuízo das sanções administrativas e criminais previstas na Lei de Crimes Ambientais.
- Art.  $8^{o}$  A aplicação das penalidades previstas no artigo anterior poderá ser cumulativa, não estando sujeita à ordem de preferência.
- Art. 9º A modificação na natureza da obra, do empreendimento ou da atividade, assim como o seu funcionamento ou exercício em desacordo com as normas e padrões para implantação ou instalação estabelecidos pela legislação em vigor, após e padroes para implantação ou instanção estabelectuos pera legislação em vigor, apos a concessão da respectiva licença, ensejará sua imediata cassação, sujeitando-se o infrator ao pagamento de multa, prevista neste Código e estabelecida em regulamento, além da responsabilização pelos danos causados ao meio ambiente ou a terceiros.
- Art. 10. A notificação, autuação e tramitação dos processos administrativos, originados em decorrência da necessidade de licenciamento ambiental observarão os procedimentos e normas constantes no Código Tributário Municipal e na legislação específica.
- Art. 11. O contribuinte da TLA é a pessoa física ou jurídica titular do empreendimento, da obra, do estabelecimento ou de qualquer atividade sujeita ao licenciamento ambiental.
  - Art. 12. Estão isentos do pagamento da TLA:

Luís Correia-PI - CEP: 64220-000 CNPI 06.554.448/0001-33



- l os órgãos e as pessoas jurídicas da Administração Direta e Indireta da União, dos e dos Municípios e a Câmara Municipal de Luís Correia PI;
- II entidades de caráter beneficente, filantrópico ou caritativo que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;
- III o Microempreendedor Individual (MEI) optante pelo Simples Nacional, na da Lei Complementar nº 123/2006, referente ao licenciamento do ecimento destinado ao desenvolvimento de suas atividades econômicas;
- V os agricultores familiares, pescadores artesanais e outros beneficiários do PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em conformidade com a lei federal 11.326, de 24 de julho de 2006.
- Art. 13. A isenção da taxa não dispensa o prévio requerimento para a concessão de licença.
- Art. 14. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação.
  - Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Luís Correia/PI, 22 de março de 2023.

MARIA DAS DORES
FONTENELE
BRITO:56629281349
9300

Assinado de forma digital por MARIA DAS DORES FONTENELE
BRITO:56629281349
9300
9300

MARIA DAS DORES FONTENELE BRITO

CNPJ 06.554.448/0001-33



# TABELA A TAXA DE LICENÇA AMBIENTAL

Cód.	Discriminação	Valor (VRE)
01	Autorização para exploração de recursos naturais (por hectare ou fração	60
02	Construção civil em unidade familiar	100
03	Demais licenças previas	400
04	Demais licenças de operação	800
05	Demais licenças de instalações	700
06	Licença Ambiental de Regularização (grande porte)	1.800
07	Licença Ambiental de Regularização (médio porte)	1.200
08	Licença Ambiental de Regularização (Grande porte)	800
09	Licença Ambiental simplificada	50
10	DBIA- Declaração de baixo impacto ambiental	40
11	Recarimbamento de processos	60
12	2 ° via de licença expedida	60
13	Declaração/Certidões/Autorizações	60
14	Relatório Técnico	220
15	Laudo Técnico	220
16	Estabelecimento que comercializam agrotóxicos	200
17	Cadastro de produtos agrotóxicos	200

Luís Correla-PI - CEP: 64220-000

(Continua na página seguinte)





18	Inspeção de índice de fumaça (por veículo inspecionado	60	
	acima do permitido)		

Obs: Em se tratando de situações previstas na tabela B, esta taxa será cobrada utilizando-se o valor correspondente. Em se caracterizando como atividades poluidoras, ao valor da tabela B, será acrescido o correspondente da na tabela C. Em qualquer caso, será ainda, acrescido o valor constante na tabela D, correspondente a natureza do estabelecimento.

#### TABELA B

Tipo de empreendimento	Porte	Valor		
		LP	LI	LO
Parcelamento de solo	Até 10 ha	150	300	
	De 10 a 50 ha	225	450	
	De 50 a 100ha	337,5	675	
	Superior a 100 ha	421,8	843	
Pesquisa e extração mineral	Até 05 há	150	300	450
	De 05 a 10 há	225	450	630
	De 10 a 30 ha	337,5	675	911,2
	De 30 a 50 ha	421,8	843,7	1396,8
	De 50 a 100 ha	590,5	1,181	1.476,2
	De 100 a 200 ha			
Salina e aquicultura	Até 10 ha	75	150	210
	De 10 a 50 ha	150	225	292,5
	Superior a 50 ha	335,5	421,8	506,1

Avenida Prefeto Antônio de Pádua da Costa Lima, 261, Centro Luís Correia-PI - CEP: 64220-000 CNPJ 06.554.448/0001-33

PAHITURA DI SECONDE LUIS CORREIA

A MIDANÇA FA GINTI QUE FAZ-

Conjunto habitacional	Até 100 unid. Hab.	150	225	
	De 100 a 500	225	450	
	De 500 a 1000	337,5	675	
Construção civil em área de interesse	Até 50 m²	337,5	421,7	
ambiental (unidade unifamiliar	De 50 a 150 m²	421,8	843,7	
	Superior a 150 m²	590,5	1.181,8	
Construção civil em área de interesse	Até 100m²	421,8	843,7	
ambiental (unidade multifamiliar)	De 100 a 200 m²	590,5	1.181	
	Superior a 200 m <sup>2</sup>	767,6	1.535,2	
Outras atividades, obras ou	Até 0,5 ha	150	300	350
empreendimentos modificadores d meio ambiente	De 0,5 a 10 ha	225	450	500
	De 10 a 30 ha	337,5	675	700
	Superior a 30 ha	421,8	843,7	800
Agropecuária	Até 10 ha	180,1	220,3	250
	De 10 a 30 ha	250	290	330,1
	De 30 a 50 ha	330,1	370,3	410,7
	De 50 a 100 ha	410,7	450,8	490,2
	De 100 a 300 ha	490,2	530,2	570,3
	De 300 a 500 ha	570,3	610,1	650,2
	De 500 a 1000 ha	650,2	690,4	730,3
	Superior a 1000 ha	730,3	770,5	810,1

Avenida Prefeito Antônio de Pádua da Costa Lima, 261, Centro

to Antonio de Padua da Costa L Luís Correia-PI - CEP: 64220-0 CNPJ 06.554.448/0001-33



Posto de Lavagem	Qualquer	100	150	175
Oficina mecânica, bares e restaurantes com música ao vivo e câmeras frigorificas	Qualquer	200	250	300
Barragens e açudes	Até 500 mil m³	260,3	280,2	320,4
	De 500 mil a 1 milhão m³	320,4	350,7	370,5
	De 1 a 2 milhões m³	370,5	390,3	410,9
	De 2 a 5 milhões m³	410,9	440,2	460,4
	Superior a 5 milhões m³	460,4	490,1	530,3
Esgotamento sanitário	Até 200 m	260,3	280,2	320,4
	De 200 a 500 m	320,4	350,7	370,5
	De 500 a 1.000 m	370,5	390,3	410,9
	De 1000 a 5000 m	410,9	440,2	460,4
	Superior a 5000 m	460,4	490,1	530,3
Hospitais e Clinicas	Até 20 leitos	200,1	225,3	250,7
	De 20 a 50 leitos	300,7	375,9	400,3
	De 50 a 100 leitos	400,3	425,2	450,1
	De 100 a 200 leitos	450,4	475,3	500,2
	Superior a 200 leitos	500,2	525,5	550,1
Obras ou empreendimentos modificadores do ambiente	Até 0,5 há	525,3	300,2	

Avenida Prefeito António de Pádua da Costa Lima, 261, Centro Luís Correia-PI - CEP: 64220-000

CNPJ 06.554.448/0001-33



De 0,5 a 3 há	437	524,2	
De 3 a 10 há	611,8	699,2	
De 10 a 30 há	786,4	874	
Superior a 30 ha	874	1.084,8	

### TABELA C (UFR-PI)

	Ped	queno Po	orte	1	∕lédio Po	rte		Grande Po	rte		
	Níve	Nível de Poluição		Nív	Nível de Poluição		Nível de Poluição		Exceptional		
	Peq.	Med.	Alto	Peq.	Med.	Alto	Peq.	Med.	Alto		
LP	166	249	332,1	415,1	498,1	581,2	498,1	581,2	664,2	1.245,4	
LI	314,6	399,3	471,9	786,6	943,9	1.179,9	943,2	1.179,9	1.415,8	1.573,2	
LO	249	332,1	415,1	664,2	830,3	1.079,3	830,3	996,3	1.245,4	1.495,5	

Obs.2: A atividade poluidora será enquadrada pelo parâmetro de maior dimensão entre os parâmetros disponíveis no processo do requerimento

Obs.3: Atividades poluidoras (os níveis de poluição serão definidos pela Secretaria de Meio Ambiente/ Departamento de Meio AMBIENTE)

Obs.4: Classificação dos empreendimentos segundo porte

Danta dan		Control on the	Nº da assessadas
Porte dos empreendimentos	Área construída (m²)	Capital social	N° de empregados
Pequeno	=2.000	<600	<50

Avenida Prefeito Antônio de Pádua da Costa Lima, 261, Centro

Luís Correia-PI - CEP: 64220-01 CNPJ 06.554.448/0001-33

(Continua na página seguinte)





Médio	>2000<10.000	>600<8.000	>50<100
Grande	>10.000<40.000	>8.000<80.000	>100<1.000
Excepcional	>40.000	>80.000	>1000

#### Obs.5: Microempresa é dispensada na tabela C

#### TABELA D

Código	Natureza do Empreendimento	Valor	
01	Bacteriologia	220	
02	Físico - química	200	
03	Despejo simples	200	
04	Despejo industrial	200	

Avenida Prefeito Antônio de Pádua da Costa Lima, 261, Centro Luís Correia-PI - CEP: 64220-000

# ID: 8CDC00F15B904



SECRETARÍA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS Rua 07 de Outubro, s/n - CEP: 64.243-000 SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PI



RESOLUÇÃO CMS/SJF Nº 002/2023, DE 09 DE MARÇO DE 2023

Aprova o Regulamento da 3º Plenária Municipal de Saúde, da Etapa Municipal da 17º Conferência Nacional de Saúde.

O Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pelo Regimento Interno do CMS e garantidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; com base no Decreto Municipal nº 10, de 08 de março de 2023; cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da legislação brasileira correlata: e

Considerando que o Art. 198, III da CF/1988 prevê a participação da comunidade como uma das diretrizes para a organização das ações e serviços públicos de saúde; e

Considerando os resultados da Consulta Virtual para sugestões da sociedade sobre o Regulamento da Etapa Nacional da 17ª Conferência Nacional de Saúde, conforme disposto no Art. 20 do Anexo da Resolução CNS nº 680, de 05 de agosto de 2022, disponível no período de 13 de outubro a 12 de novembro de 2022.

Considerando a I Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, ocorrido no dia 09 de março de 2023.

### Resolve ad referendum do Pleno do Conselho Municipal de Saúde

Aprovar o Regulamento da 3ª Plenária Municipal de Saúde, da Etapa Municipal da 17ª Conferência Nacional de Saúde, conforme documento anexo desta resolução.

HUBYRANY PEDROZA NUNES
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

# ID: 99565CDB9F134



PORTARIA GPM Nº 022/2023, 21 DE MARÇO DE 2023.

NOMEIA A COMISSÃO GERAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA EXERCEREM A FUNÇÃO DE GESTOR ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO PIAUÍ, NOS TERMOS DO EDITAL N° 01/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TANQUE DO PIAUÍ, ESTADO DO

PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto nos termos do Decreto Municipal nº 75/2022, Decreto Municipal Nº 22/2023 e Lei Federal nº 14.113/2020;

CONSIDERANDO que o desenvolvimento das etapas de seleção, previstas no EDITAL Nº 01/2023 estão programadas para o período de 20 de março a 27 de abril de 2023.

CONSIDERANDO o item 1.6 do EDITAL Nº 01/2023 que destaca que a execução e coordenação do Processo de seleção Simplificada será de responsabilidade do Instituto de Educação Atual, com participação de uma Comissão Geral nomeada pelo Prefeito Municipal, que acompanhará os trabalhos operacionais da instituição responsável pelo processo de seleção.

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores JOANA LIANA LUSTOSA
FERREIRA – CPF Nº 909.191.303-72, ANTONIA MARIA DE ARAUJO FILHO

Avenida Dom Edilberto, 760 – Centro Cep. 64.512-000 – Tanque do Piaui-PI CNPJ/MF N° 01.612.616/0001-86 E-mail: pmtanquepi@gmail.com Tel. (0\*\*89) 3427-0090



– CPF: CPF 908 451 293 68, E ANTONIO DE SOUSA ARAÚJO – CPF  $N^\circ$  654.979.613-04, para comporem a Comissão Geral de acompanhamento dos trabalhos da seleção de gestores (as) escolares, nos termos do EDITAL  $N^\circ$  01/2023.

Parágrafo único: A Comissão será presidida pelo primeiro membro designado, podendo ser substituído nos casos de impedimento e vacância por membro da Comissão.

Art. 2º A comissão compete o acompanhamento, fiscalização de atividades e eventos de todo o processo do referido certame.

Art. 3º Os membros da Comissão de Seleção não serão remunerados para o desempenho das atribuições da comissão.

Art. 4º Todos os trabalhos definidos no Art. 2º deverão ser realizados nas dependências da Secretaria Municipal de Educação, não sendo permitida a saída de qualquer documentação referente ao processo seletivo.

Art. 5º Fica a Comissão, desde logo, autorizada a estabelecer todas as providências necessárias à realização do Processo seletivo já citado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tanque do Piauí (PI), 21 de março de 2023.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Natanael Sales de Sousa Prefeite Municipal Tanque do Piauí – PI

Avenida Dom Edilberto, 760 – Centro Cep. 64.512-000 – Tanque do Piauí-Pl CNPJ/MF N° 01.612.616/0001-86 E-mail: <u>pmtanquepi@gmail.com</u> Tel. (0\*\*89) 3427-0090